



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DO VEREADOR DUARTE CORDEIRO

668
PROPOSTA N.º 668/2018

ASSUNTO: Deliberar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a repartição de encargos, bem como para, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo do contrato, fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos consumos ou dos serviços efetivamente prestados, e emitir autorização prévia para a assunção de compromissos para os anos económicos de 2019 a 2022, no âmbito do Concurso Público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, para a aquisição de serviços de assistência técnica a viaturas municipais de marca IVECO (Processo n.º 8893/CML/18)

PELOURO: FROTA – Vereador Duarte Cordeiro

SERVIÇO: DMHU/DRMM

Considerando:

1. A necessidade de se garantir a operacionalidade de toda a frota municipal de viaturas pesadas.
2. A especificidade deste tipo de viaturas, em virtude de grande parte delas pertencer ao segmento de remoção de resíduos sólidos, nomeadamente as equipadas com sistema GNC.
3. Que a quantidade das referidas viaturas está aquém do necessário para garantir o serviço de remoção de resíduos sólidos.
4. Que é imprescindível garantir a menor inoperacionalidade possível deste segmento de viaturas.
5. Que não existem internamente meios internos suficientes e habilitados para a prestação dos serviços de assistência às referidas viaturas.
6. Que a despesa resultante dá lugar a encargo orçamental que se repercute em mais de um ano económico não estando prevista em Plano Plurianual por se tratar de despesa corrente.
7. Que a presente proposta cumpre com os princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de agosto, e pelas Leis n.ºs 23/2003, de 2 de julho, 48/2004, de 24 de agosto, 48/2010, de 19 de outubro, 22/2011, de 20 de maio, e 52/2011, de 13 de outubro, e alterada e republicada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, aplicável por remissão do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, e pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, designadamente os princípios da economia, eficiência e eficácia, que devem caracterizar a assunção de compromissos e a realização da despesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DO VEREADOR DUARTE CORDEIRO

8. Que a abertura de procedimento, relativo a despesa que der lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, que exceda o limite anual de 99.759,58€, está sujeita a prévia autorização da Assembleia Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.
9. Que a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b) do artigo 3.º e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.
10. Que a competência para autorizar a repartição de encargos e a assunção de compromissos plurianuais cabe à Assembleia Municipal, nos termos conjugados dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho e da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.
11. Que a autorização da repartição de encargos proposta para os anos económicos de 2019, 2020, 2021 e 2022 poderá sofrer ainda ajustamentos, sem ultrapassar, todavia, o montante global indicado nem o ano de fim, quanto aos valores anuais respectivos, em função dos consumos ocorridos ou dos serviços efectivamente prestados.

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 24.º e nas alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho e na alínea b) do artigo 3.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, **tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a autorização da repartição de encargos, autorizando ainda a que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo do contrato, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos consumos ou dos serviços efectivamente prestados e a emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2019, 2020, 2021 e 2022, no âmbito do Concurso Público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, para a aquisição de serviços de assistência técnica a viaturas municipais de marca IVECO, pelo período de três anos ou até ao limite do montante máximo de 740.000,00 € (setecentos e quarenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no valor de 170.200,00 € (cento e setenta mil e duzentos euros), totalizando o valor de 910.200,00 € (novecentos e dez mil e duzentos euros), para os seguintes anos económicos da seguinte forma:**

ANO	Valor s/ IVA (€)	IVA (€)	Valor c/ IVA (€)
2019	124.000,00	28.520,00	152.520,00
2020	246.000,00	56.580,00	302.580,00
2021	246.000,00	56.580,00	302.580,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DO VEREADOR DUARTE CORDEIRO

2022	124.000,00	28.520,00	152.520,00
TOTAL	740.000,00	170.200,00	910.200,00

A despesa irá integrar a rubrica orçamental 02.02.19 da orgânica L17.02.

Lisboa, 3 de Out de 2018

O Vereador

- Duarte Cordeiro -



DACM
Proc. n.º 668/2018
55

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

**Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da
União Europeia n.º35/CPI/DA/CCM/2018**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA
A VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DA MARCA IVECO**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



ÍNDICE

Artigo 1.º Objeto do procedimento	4
Artigo 2.º Entidade adjudicante	4
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Artigo 4.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento.....	4
Artigo 5.º Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento.....	5
Artigo 6.º Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas	6
Artigo 7.º Concorrentes	6
Artigo 8.º Agrupamentos.....	6
Artigo 9.º Proposta e documentos	6
Artigo 10.º Propostas variantes	8
Artigo 11.º Modo de apresentação da proposta.....	8
Artigo 12.º Prazo para apresentação de propostas.....	8
Artigo 13.º Abertura de propostas.....	9
Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção da proposta	9
Artigo 15.º Critério de adjudicação.....	9
Artigo 16.º Esclarecimentos e suprimientos das propostas	9
Artigo 17.º Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final.....	10
Artigo 18.º Adjudicação	10
Artigo 19.º Documentos de habilitação e modo de apresentação.....	10
Artigo 20.º Caução	11
Artigo 21.º Minuta e outorga do contrato	11
Artigo 22.º Despesas e encargos.....	12
Artigo 23.º Impugnações administrativas.....	12
Artigo 24.º Prevalência	12
Artigo 25.º Legislação aplicável.....	12
ANEXO I Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)	13
ANEXO II MINUTA DA PROPOSTA	14



ANEXO III – LISTA DE PREÇOS OPERAÇÕES ESPECÍFICAS DE MANUTENÇÃO.....	15
ANEXO IV CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO - MODELO DE AVALIAÇÃO.....	16
ANEXO V Modelo de declaração.....	18
ANEXO VI Modelo de Garantia Bancária	19
ANEXO VI Modelo de Seguro caução.....	20
ANEXO VII Modelo de Guia de Depósito.....	21



Artigo 1.º

Objeto do procedimento

1. O presente procedimento de contratação tem por objeto a **"Aquisição de serviços de assistência técnica autorizada a viaturas da frota municipal da marca IVECO"**, cujas especificidades e características técnicas se encontram melhor definidas no caderno de encargos do procedimento.
2. Este procedimento reveste a forma de concurso público, nos termos do preceituado na alínea b) do n.º 1) do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), na sua versão atualizada e republicada pelo decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços, previsto na alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º do CCP.
3. Os bens objeto do presente concurso classificam-se pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV) 50110000-9, correspondente à descrição de "serviços de reparação e manutenção de veículos e equipamento afim", indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, através da Direção Municipal de Higiene Urbana, Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, sito na Av. Infante Dom Henrique, Lote 1 - 1800-220 Lisboa, freguesia de Olivais, sendo o concurso realizado através da Direção Municipal de Finanças, Departamento de Aprovisionamentos, Central de Compras Municipal, sita no Campo Grande, n.º 25 - 9.º Piso - Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço eletrónico dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por Despacho do Sr. Vereador Duarte Cordeiro, proferido em ____/____/____, exarado à margem da Informação n.º ____/DMHU/DRMM/18, nos termos das disposições ____ da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, no uso das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, através do Despacho n.º 99/P/2017, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1240, de 23 de novembro de 2017.

Artigo 4.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. O presente procedimento processa-se, integralmente, na plataforma eletrónica "acinGov", utilizada pela entidade pública adjudicante, com o seguinte endereço <http://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica.
2. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da lei n.º 96/2015, de 17/08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma "acinGov" apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.
3. O programa do procedimento e o caderno de encargos podem ser consultados na Central de Compras Municipal, sita no Campo Grande, n.º 25, 9.º Piso - Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço eletrónico dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas.
4. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e *download*, na plataforma eletrónica "acinGov" durante o período indicado no número anterior, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.



5. Os interessados deverão aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> e preencher o formulário de adesão.
6. Após o preenchimento do formulário de adesão, os interessados deverão remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica "acinGov". A validação dos documentos é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.
7. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário são esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número 707451451.
8. Os interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efetuarem o registo na plataforma eletrónica "acinGov".
9. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

Artigo 5.º

Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento

1. No primeiro terço (1/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, via plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º do CCP.
2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
3. Até ao termo do segundo terço (2/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri nomeado para efeitos do presente concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, devendo identificar os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo seguinte.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados de tal facto.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.



Artigo 6.º

Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo anterior sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo anterior, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. Para além das situações indicadas nos números anteriores, a pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado.
4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, são juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões no Diário da República e aproveitam a todos os interessados.

Artigo 7.º

Concorrentes

1. No presente procedimento são concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
2. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 8.º

Agrupamentos

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 4, podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do decreto-lei n.º 231/81, de 28/07.

Artigo 9.º

Proposta e documentos

1. A proposta, declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, deve ser constituída pelos seguintes documentos:



- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) – **Anexo I** - a este programa de procedimento disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt>, devendo ser preenchido de acordo com as informações aí constantes a saber:
- "Sou um operador económico";
 - "Importar um DEUCP";
 - "Carregar documento" – Selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma electrónica <https://www.acingov.pt>;
 - Selecionar o país do concorrente;
 - Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - No final, guardar o ficheiro e imprimir em formato PDF para apresentação com a proposta;
- b) Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contem os atributos da proposta:
- Proposta contratual, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo II** a este programa de procedimento (Minuta da proposta), do qual faz parte integrante e que deve ser integralmente preenchido;
 - Lista de Preços de acordo com o modelo constante do **Anexo III** (Operações Específicas de Manutenção) ao presente programa do procedimento, disponibilizado na plataforma electrónica em formato Excel, do qual faz parte integrante, e que deve ser integralmente preenchido.
- c) Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos de execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos a que se pretende que o concorrente se vincule:
- Documento comprovativo que integra a rede de concessionários da marca IVECO.
 - Se aplicável, documento contendo o esquema de revisão de preços (em caso algum podem ser superior ao índice de preço ao consumidor ou taxa de inflação e deverá ser referente ao ano civil anterior e por referência aos dados publicados pelo INE) indicando os fatores que determinam a revisão e quando é efectuada, sendo que a não apresentação de qualquer esquema de revisão de preços, implica que os preços apresentados não sofrerão qualquer aumento durante a execução do contrato (Cláusula 7ª Caderno de Encargos).
 - Documento contendo a identificação e contacto do(s) elemento(s) responsável(eis) por parte do concorrente perante a entidade pública adjudicante pela assistência técnica, bem como, os endereços de correio electrónico para efeitos de comunicações e de notificações.
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
4. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
5. Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.
6. Os documentos da proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.



Artigo 10.º **Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos.

Artigo 11.º **Modo de apresentação da proposta**

1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados através da plataforma eletrónica “acinGov” até ao termo do prazo fixado no presente programa de procedimento.
2. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica “acinGov”, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes, nos termos do disposto no artigo 54.º da lei n.º 96/2015, de 17/08.
3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato *zip* ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos das disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.
6. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da lei n.º 96/2015, de 17/08, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.
7. Quando algum documento se encontre disponível na *internet*, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do *site* onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos *site* e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov” pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

Artigo 12.º **Prazo para apresentação de propostas**

1. A proposta e os documentos que a constituem devem ser apresentados, diretamente pelo concorrente ou seu representante através da plataforma eletrónica “acinGov”, **até às 23:59h do dia indicado na referida Plataforma.**
2. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.



Artigo 13.º **Abertura de propostas**

1. O júri, às 10 horas do dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica "acinGov".
2. Mediante a atribuição de um *login* e de uma *password* aos concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 14.º **Prazo da obrigação de manutenção da proposta**

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 15.º **Critério de adjudicação**

A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade da melhor relação qualidade-preço, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP e de acordo com os fatores, subfatores e restantes regras constantes do Modelo de Avaliação de Propostas que constitui o **Anexo IV** do presente programa de procedimento e dele faz parte integrante.

Artigo 16.º **Esclarecimentos e suprimentos das propostas**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes os esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri pode solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta ou candidatura e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O júri pode proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do júri indicados neste artigo e as respetivas respostas serão disponibilizados na plataforma eletrónica "acinGov", devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.



Artigo 17.º

Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final

1. Após a análise das propostas e a sua avaliação em função do critério de adjudicação definido no presente programa de procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a respetiva ordenação para efeitos de adjudicação.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor e fundamentar, se for o caso, a exclusão de qualquer proposta que preencha a previsão do n.º 2 ou do n.º 3 do artigo 146.º, bem como qualquer das causas de exclusão previstas no presente programa de procedimento ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 132.º, todos do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.
4. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica "acinGov", para se pronunciarem no prazo de cinco dias úteis.
5. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos concorrentes se haja pronunciado, o júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do presente artigo.
6. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
7. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 18.º

Adjudicação

1. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas;
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo seguinte e para prestar caução, se devida, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º, indicando expressamente o seu valor.
4. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este seja reduzido a escrito.

Artigo 19.º

Documentos de habilitação e modo de apresentação

1. O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica "acinGov", no prazo de dez dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.
2. A declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP deve ser emitida conforme modelo constante do **Anexo V** ao presente programa de procedimento, do qual faz parte integrante.



3. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
4. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na *internet* o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.
7. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
8. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado para que, no prazo de 5 (cinco) dias se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
9. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário dispõe de um prazo de 10 (dez) dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
10. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica "acinGov".

Artigo 20.º **Caução**

1. A caução, fixada no valor de 5% do preço contratual, é destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com essa celebração e deve ser prestada por qualquer dos meios admitidos no CCP.
2. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.
3. Quando a caução for prestada mediante garantia bancária, seguro-caução ou depósito em dinheiro, deverão ser adotados os termos dos modelos constantes dos **Anexos VI, VII e VIII** (Modelo de Garantia Bancária, Modelo de Seguro Caução e Modelo de Guia de Depósito) deste programa de procedimento e que dele fazem parte integrante.
4. Não é exigível a prestação de caução quando o preço contratual for inferior a 200.000,00 €.

Artigo 21.º **Minuta e outorga do contrato**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do CCP, a minuta de contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação.



2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 102.º do CCP, nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
3. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo 22.º **Despesas e encargos**

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, incluindo as relativas à prestação da caução e emolumentos devidos por Visto do Tribunal de Contas, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

Artigo 23.º **Impugnações administrativas**

As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos públicos – decisões administrativas ou peças de procedimento - devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica "acinGov".

Artigo 24.º **Prevalência**

As normas do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

Artigo 25.º **Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente programa de procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual e demais legislação aplicável.



ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

Ficheiro eletrónico pré-preenchido disponibilizado na plataforma eletrónica.



ANEXO II MINUTA DA PROPOSTA

..... (indicar nome, estado, profissão e morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Concurso Público, para "Aquisição de serviços de assistência técnica autorizada a viaturas da frota municipal da marca IVECO" – Processo n.º ____/CPI/DA/CCM/2018, a que se refere o Anúncio publicado no _____, datado de ____/____/2018, obriga-se a celebrar o presente contrato em conformidade com o constante do presente Programa do Procedimento, respetivo Caderno de Encargos e demais Anexos, nos seguintes termos e condições:

a) Preço unitário de custo da mão-de-obra/hora (de acordo com o valor máximo constante da cláusula 2ª, n.º 2 do Caderno de Encargos): ____€/hora;

b) Custo total, das operações específicas de manutenção (Anexo III do Programa de Procedimento):
____€;

c) Descontos para as classes de peças conforme tabela infra:

Classificação peças conforme tabela Iveco	Classe desconto	Desconto
Baixa rotação	V	%
Grupos complementos e recondicionados	U	%
Normais media/baixa rotação	T	%
Rotação normal	Q	%
Alta rotação	P	%
Lubrificantes Iveco		%

d) Localização das instalações do concorrente indicando a distância em Km, por via rodoviária (Calculada desde as instalações oficiais do concorrente, com indicação das respetivas coordenadas, relativamente às instalações oficiais da entidade adjudicante - CML/DRMM – coordenadas 38°46'16N, 9°06'18W-, utilizando para tal a aplicação informática "Google Maps", na opção distância mais curta): _____
(Cláusula 5ª do Caderno de Encargos).

Aos valores indicados acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal aplicável e em vigor.

Mais declara que renúncia a qualquer foro, se submetendo, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data: _____ Assinatura: _____



ANEXO III – LISTA DE PREÇOS
OPERAÇÕES ESPECÍFICAS DE MANUTENÇÃO

Disponibilizado em formato Excel na plataforma electrónica.



ANEXO IV CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO - MODELO DE AVALIAÇÃO

1 - A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade de melhor relação qualidade-preço, de acordo com os fatores e respetivos coeficientes de ponderação, expressos por meio da expressão matemática, conforme se passa a discriminar:

- a) Custo total, das operações específicas de manutenção (Anexo III do Programa de Procedimento) - 40%;
- b) Desconto médio ponderado, sobre a tabela de preços de venda ao público, das peças originais da marca IVECO -30%;
- c) Valor do preço de mão-de-obra/hora - 25%;
- d) Proximidade geográfica - 5%.

2. O fornecimento será adjudicado à empresa que obtiver a classificação mais elevada.

3. A classificação final das propostas resultará da seguinte fórmula:

$$CF = 0,40 \cdot CTOM + 0,30 \cdot DMP + 0,25 \cdot MO + 0,05 \cdot PG$$

Em que:

CF = Classificação final;

CTOM = Custo total das "Operações Específicas de Manutenção";

DMP = Desconto médio ponderado, sobre a tabela de preços de venda ao público, das peças originais da marca IVECO.

MO = Valor do preço de mão-de-obra/hora

PG = Proximidade geográfica

4 - De modo a permitir a apreciação das propostas admitidas a concurso, em conformidade com o critério de adjudicação fixado, bem como os respetivos fatores e ponderação a aplicar aos mesmos, valorados numa escala de 1 a 20, estabelecem-se as seguintes pontuações numéricas:

a) Custo total das "Operações Específicas de Manutenção" (Anexo III ao Programa do Procedimento) – 40%:

Este fator será avaliado pelo custo total das "Operações Específicas de Manutenção", constantes do Anexo III ao Programa do Procedimento.

Para avaliação deste fator será aplicada a seguinte expressão matemática:

$$CTOM = (80000 - CTOM_{pro}) \cdot 19 / 79000 + 1$$

CTOM_{pro} = valor do custo total dos preços constantes do Anexo III ao Programa do Procedimento, indicado na proposta do concorrente, para as "Operações Específicas de Manutenção".

b) Desconto médio ponderado, sobre a tabela de preços de venda ao público, das peças originais da marca IVECO – 30%

O Desconto Médio ponderado resulta da aplicação da seguinte fórmula, de acordo com os valores indicados na alínea c) do Anexo II (Minuta da proposta) ao Programa de Procedimento

$$DMP_{pro} = 0,10xV + 0,10xU + 0,15xT + 0,20xQ + 0,25xP + 0,20xLubrificantes$$

Para obter a classificação deste fator é aplicada a seguinte expressão matemática:



$$DMP = 19/99 \times DMP_{pro} + 1$$

c) Classificação do “Preço de mão-de-obra/hora” – 25%

Para obter a classificação deste fator é aplicada a seguinte expressão matemática:

$$MO = 1 + 19/43(44 - MO_{pro})$$

MO_{pro} = Valor do custo de mão-de-obra, indicado na proposta do concorrente.

d) Classificação da “Proximidade geográfica – 5%:

O fator “Proximidade geográfica das instalações” será avaliado pela distância em km, por via rodoviária, constante da alínea d) do Anexo II (Minuta da proposta) ao Programa do Procedimento.

Para obter a avaliação deste fator são considerados os valores seguintes:

- a) Distância geográfica de 40 km, tem uma pontuação de 1 valor;
- b) Distância geográfica igual ou inferior a 1 km, tem uma pontuação de 20 valores.
- c) Para pontuação dos valores intermédios será aplicada a seguinte expressão matemática:

$$PG = 20 + 19/39(1 - PG_{pro})$$

PG_{pro} = Distância em km, indicada na proposta do concorrente.

5. Em caso de empate, será considerada como economicamente mais vantajosa, a proposta que obtenha melhor classificação, sucessivamente, nos seguintes fatores:

- a) “Custo total das “Operações Específicas de Manutenção”;
- b) Desconto, médio, sobre a tabela de preços de venda ao público, das peças originais da marca IVECO;
- c) Valor do preço de mão-de-obra/hora;
- d) Proximidade geográfica.

5.1 No caso de, ainda assim, subsistir a igualdade de pontuação entre as propostas ordenadas para efeitos de adjudicação, após aplicação dos fatores de desempate previstos nas alíneas anteriores, será adjudicada a proposta que for selecionada, na sequência de sorteio presencial, nos termos e data, hora e local, a definir pelo Júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante notificação a efetuar através da plataforma eletrónica “AcinGov”.



ANEXO V

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as indicações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



ANEXO VI

Modelo de Garantia Bancária

O Banco (nome da instituição de crédito), com sede em(morada), pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de €.....(.....euros), presta a favor do Município de Lisboa, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €..... (.....euros), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ele Município de vai outorgar e que tem por objeto, regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Município de Lisboa, sem que este tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

O presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, dede 20....

Observações:

- 1 - Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.
- 2 – Pagamento do Imposto de Selo nos termos da Tabela Geral do imposto.



ANEXO VI

Modelo de Seguro caução

A Companhia de Seguros....., com sede em....., pessoa coletiva n.º....., matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de..... (.....euros), presta a favor do Município de Lisboa, seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de..... (...euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a....., assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ele Município de Lisboa, vai outorgar e que tem por objeto, regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Município de Lisboa sem que este tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, de de 20....

Observações:

1 - Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.

2 – Pagamento do Imposto de Selo nos termos da Tabela Geral do imposto.



ANEXO VII
Modelo de Guia de Depósito

Euros..... €

Vai(*nome do adjudicatário*), residente (ou com escritório) em na
depositar na(sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por
extenso) (em dinheiro ou representada por) como depósito-caução
exigido pela sua qualidade de adjudicatário do Concurso Público n.º
.....”, de harmonia com o disposto no Programa do
Procedimento e a notificação da adjudicação, ofício n.º, datado dede de 20....

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data,

Assinatura,



DFCM
Sup. n.º 668/2018
53

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

**Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da
União Europeia n.º35/CPI/DA/CCM/2018**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA
A VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DA MARCA IVECO**

CADERNO DE ENCARGOS



ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS	4
Capítulo I – Disposições Gerais	4
Cláusula 1.ª Objeto	4
Cláusula 2.ª Preço base	4
Cláusula 3.ª Contrato	4
Cláusula 4.ª Vigência do contrato	5
Cláusula 5.ª Local de reparação das viaturas e distância geográfica das instalações	5
Capítulo II - Obrigações contratuais.....	5
Secção I - Obrigações do cocontratante.....	5
Cláusula 6.ª Obrigações principais	5
Cláusula 7.ª Revisão de preços.....	6
Cláusula 8.ª Conformidade e garantia técnica.....	7
Cláusula 9.ª Condições técnicas específicas	7
Cláusula 10.ª. Fiscalização e controlo.....	8
Cláusula 11.ª Patentes, Licenças e Marcas registadas	8
Cláusula 12.ª Dever de sigilo	8
Cláusula 13.ª Atualizações jurídico-comerciais	8
Cláusula 14.ª Responsabilidade do cocontratante.....	9
Secção II - Obrigações do contraente público.....	9
Cláusula 15.ª Preço contratual	9
Cláusula 16.ª Fatura e condições de pagamento	9
Cláusula 17.ª Gestor do Contrato	10
Capítulo III - Sanções contratuais e resolução	10
Cláusula 18.ª Sanções contratuais.	10
Cláusula 19.ª Força maior.....	10
Cláusula 20.ª Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante.....	11
Cláusula 21.ª Resolução por parte do contraente público	12



Cláusula 22. ^a Resolução por parte do Cocontratante.....	12
Capítulo IV - Disposições Finais.....	12
Cláusula 23. ^a Foro competente	12
Cláusula 24. ^a Subcontratação e cessão da posição contratual	12
Cláusula 25. ^a Comunicações e notificações.....	13
Cláusula 26. ^a Contagem dos prazos	13
Cláusula 27. ^a Legislação aplicável.....	13
ANEXO I Frota Municipal de veículos da marca IVECO.....	14



PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I – Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de concurso público que tem por objeto a "Aquisição de serviços de assistência técnica autorizada a viaturas da frota municipal da marca IVECO", que se encontram discriminadas no Anexo I do Caderno de Encargos, bem como as que posteriormente o Município de Lisboa, venha, entretanto, a adquirir durante a fase de execução do contrato.

Cláusula 2.ª

Preço base

1. O preço base para a referida aquisição é de 740.000,00 € (setecentos e quarenta mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O valor máximo admitido para a mão-de-obra/hora, que será único, independente do tipo ou especialidade das reparações a efetuar, é de 44,00€ (quarenta e quatro euros), sendo que os valores de mão-de-obra das operações que constam do Anexo III ao Programa do Procedimento não poderão ser superiores aos valores máximos ali indicados.
3. O valor máximo admitido para o custo total, das operações específicas de manutenção (Anexo III do Programa de Procedimento), é de 80.000,00€ (oitenta mil euros).

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2/10, pela Lei n.º 3/2010, de 27/04, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14/12, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07, pelo Decreto-Lei n.º 214-



G/2015, de 2/10 e pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e respetivas Declarações de Retificação.

Cláusula 4.ª
Vigência do contrato

1. O contrato terá início com a respetiva celebração e visto do Tribunal de Contas com a duração inicial de 1 (um) ano, prorrogável por iguais períodos até ao máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. As prorrogações do contrato ocorrem sucessiva e automaticamente, caso não seja denunciado por qualquer dos contraentes, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, relativamente ao termo do seu prazo inicial ou das suas prorrogações, através de carta registada com aviso de receção.
3. O contrato considera-se cumprido, e em consequência extinto, se antes do decurso do prazo inicial ou da respetiva prorrogação, se proceder ao pagamento integral do preço contratual.
4. Caso não seja alcançado o valor máximo do contrato durante a sua vigência, o cocontratante não tem direito a qualquer indemnização.

Cláusula 5ª
Local de reparação das viaturas e distância geográfica das instalações

1. Os serviços de assistência às viaturas municipais da marca Iveco são prestados na(s) instalações/oficina(s) do cocontratante concessionário da marca.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a distância rodoviária para os percursos entre as instalações do cocontratante e as oficinas municipais do contraente público - Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica – coordenadas 38°46'16N, 9°06'18W, não pode ser superior a 40 (quarenta) Km.
3. O transporte das viaturas das instalações municipais para as instalações do cocontratante, são da responsabilidade do contraente público, fundamento para a exigência da distância referida no número anterior.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do cocontratante

Cláusula 6.ª
Obrigações principais

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos, respetivos Anexos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante, nomeadamente, as seguintes obrigações principais:
 - a) Proceder às ações de reparação sobre as viaturas municipais requisitadas pelo contraente público, através dos serviços do **Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**, ao longo do período contratado, executando as operações de acordo com as boas normas e aplicando os materiais adequados.
 - b) **O Cocontratante deverá utilizar peças sobressalentes originais da marca**, conforme definição prevista no artigo 1º, alínea “t” do regulamento (CE) n.º1400/2002 de 31 de julho de 2002.



- c) Fornecer, em suporte digital, **a tabela de preços de venda ao público das peças**, com IVA não incluído, bem como o desconto ou código de desconto e respetiva tabela, se tal for o caso. Em alternativa, caso disponha de sistema de consulta via internet, pode fornecer o acesso ao mesmo, desde que, por esse meio, seja possível consultar e exportar a informação referida.
- d) Fornecer, sempre por escrito, **orçamentos prévios à reparação**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após solicitação por parte do contraente público, devendo constar daquele, expressamente o seguinte:
- Discriminação do tipo de operações a efetuar e do custo das peças a utilizar;
 - Discriminação dos tempários do fabricante para cada operação e do respetivo custo da mão-de-obra.
 - Indicar o prazo da reparação
- e) Iniciar num **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a execução dos trabalhos**, após a disponibilização da viatura e/ou a correspondente aprovação prévia do orçamento mencionado na alínea anterior.
- f) Submeter, por escrito, à consideração do contraente público, **as dúvidas que lhe assistam** relativamente aos serviços a prestar, antes de iniciar a execução de quaisquer serviços sobre o qual elas recaiam.
- g) Proceder à **devolução de todas as peças e órgãos substituídos**, excetuando-se as peças consumíveis, como os filtros de óleo, de ar, de combustível ou do habitáculo.
- h) **Aceitar, a título de retoma**, os órgãos avariados que tenham sido substituídos, quando se trate da caixa de velocidades, do diferencial ou do motor.
- i) Fazer a entrega da viatura acompanhada de uma **Ficha Técnica de Receção**, que incluirá os trabalhos realizados, com valor das peças e tempários utilizados, bem como o valor da reparação efetuada.
- j) Proceder à reparação das viaturas **nas suas próprias instalações**, sendo o transporte assegurado pelo contraente público.

2. A falta de cumprimento do disposto nas várias alíneas constantes do número anterior torna o cocontratante responsável por todas as consequências que daí advenham.

3. O cocontratante será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao contraente público e a terceiros, que resultem das suas atividades exercidas no âmbito desta aquisição de serviços.

Cláusula 7.ª **Revisão de preços**

1. A não apresentação de qualquer esquema de revisão de preços, na Proposta, implica que os preços apresentados não deverão sofrer qualquer aumento até ao fim da execução do contrato.
2. Em caso de apresentação de esquema de revisão de preços, não pode o mesmo ser superior ao índice de preços ao consumidor (IPC) ou taxa de inflação, sendo que a revisão de preços terá como limite máximo a taxa de inflação do ano civil anterior, por referência aos dados publicados pelo INE, devendo durante o período de vigência do contrato, ser previamente comunicado ao contraente público, para verificação e competente validação, no sentido dos valores serem aplicados nas prestações de serviços subsequentes.



Cláusula 8.^a
Conformidade e garantia técnica

1. O prazo de garantia deve ser igual ou superior a 12 (doze) meses, e conta-se a partir da data da entrega da viatura municipal reparada, de acordo com o estabelecido nos números abaixo indicados da presente cláusula.
2. A garantia prevista no número anterior abrange todo o objeto do contrato, sem limitações, nomeadamente:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças em falta;
 - b) A reparação ou a substituição das peças ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças ou bens reparados ou substituídos;
 - d) A parte da mão-de-obra.
3. O cocontratante deve ter condições técnicas e materiais para assumir todas as atividades/serviços de manutenção e reparação sempre que para isso seja solicitado pelos serviços competentes do contraente público que é o Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica.
4. O cocontratante deve garantir um prazo máximo de início de intervenção após notificação, para reparações e manutenções em garantia, de 2 (dois) dias úteis.
5. Caso o cocontratante não respeite o prazo indicado no número anterior ou se recusar a realizar tais trabalhos, o contraente público terá o direito de proceder às substituições, reparações e reconstruções necessárias, imputando os respetivos custos ao primeiro.

Cláusula 9.^a
Condições técnicas específicas

1. O cocontratante deve afetar à prestação de serviços os meios que entender suficientes, de modo a responder às solicitações dos serviços do contraente público – Município de Lisboa através dos serviços do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, nos prazos determinados.
2. O cocontratante deve possuir capacidade técnica adequada à execução das prestações objeto do contrato, designadamente, meios tecnológicos e humanos, bem como o equipamento de diagnóstico para viaturas do fabricante da marca IVECO.
3. O cocontratante deve cumprir os tempários do fabricante da marca para a execução de cada tipo de operação prevista no contrato ou indicados nos orçamentos prévios.
4. A programação das atividades ou serviços, a não ser que seja definida alguma prioridade, é da inteira responsabilidade do cocontratante. No entanto, o contraente público pode, a qualquer momento, alterar ou redefinir a prioridade de execução dos serviços programados.
5. O cocontratante pode ser solicitado, a acompanhar os trabalhos, em serviço normal da viatura a intervencionar ou intervencionada, caso assim se revele necessário para a deteção de alguma avaria. Nestes casos, o cocontratante obriga-se a não faturar quaisquer valores a título de despesas de deslocação.
6. A assistência técnica às viaturas do contraente público objeto do contrato é efetuada nas instalações do cocontratante, sendo que, excecionalmente, pode o cocontratante efetuar reparações de pequena dimensão



noutro local que não as suas instalações, não podendo faturar quaisquer valores a título de despesas de deslocação.

Cláusula 10.^a
Fiscalização e controlo

1. O cocontratante facultará o acompanhamento dos serviços de reparação ao contraente público, com a obrigação de comunicar previamente o respetivo calendário e de prestar, a quem for para efeito designado toda a informação.
2. O exercício pelo contraente público, através dos serviços do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, do direito de visita, não inibe o cocontratante de responsabilidade pelas reparações efetuadas, nem limita o direito de rejeição.

Cláusula 11.^a
Patentes, Licenças e Marcas registadas

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o contraente público venha a ser demandado por qualquer infração pelas autoridades, na execução do contrato, sobre os direitos mencionados no número anterior, o cocontratante deve indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 12.^a
Dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Lisboa como entidade adjudicante pública, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 13.^a
Atualizações jurídico-comerciais

1. O cocontratante deve comunicar ao contraente público qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente:
 - a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
 - b) A sua denominação e sede social;



- c) A sua situação jurídica;
 - d) A sua situação comercial.
2. O cocontratante obrigá-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

Cláusula 14.ª
Responsabilidade do cocontratante

1. O cocontratante é responsável, a título criminal e civil, objetiva ou subjetivamente, ou outra, por todos os prejuízos e danos, patrimoniais e não patrimoniais, causados ao contraente público ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da sua atividade, atuação dos seus trabalhadores ou deficiente execução do contrato.
2. O cocontratante é responsável pela contratualização dos seguros legalmente exigíveis, incluindo os referentes à responsabilidade civil.

Secção II - Obrigações do contraente público

Cláusula 15.ª
Preço contratual

1. Pela execução das prestações de serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 16.ª
Fatura e condições de pagamento

1. As faturas são emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade, sito no Edifício Central do Município, Campo Grande, n.º 25 – 8.º piso, Bloco A, 1749-099 Lisboa, onde deve constar obrigatoriamente, sob pena de devolução da mesma, o número de Compromisso.
2. As faturas só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e serão pagas no prazo de trinta dias a contar da data da receção das mesmas nos serviços do contraente público.
3. Para os efeitos do número anterior, as obrigações consideram-se vencidas com a receção provisória dos bens objeto do contrato.
4. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.



Cláusula 17.ª
Gestor do Contrato

De acordo com o consubstanciado no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o contraente público designará um **Gestor do Contrato**, com a função de acompanhamento permanente da execução do contrato.

Capítulo III - Sanções contratuais e resolução

Cláusula 18.ª
Sanções contratuais.

1. No caso do cocontratante não cumprir qualquer uma das obrigações contratuais, ser-lhe-ão aplicadas, até integral cumprimento das mesmas ou até à rescisão do contrato, as seguintes sanções pecuniárias diárias por cada uma das prestações em falta:

a) 2‰ (por mil) do valor da prestação de serviços em falta, acrescido de IVA, por cada dia de atraso, nos primeiros 10 (dez) dias de atraso;

b) 4‰ (por mil) do mesmo valor, por cada dia de atraso, nos segundos 10 (dez) dias de atraso;

c) 8‰ (por mil) do mesmo valor nos dias subsequentes aos primeiros 20 (vinte) dias, por cada dia de atraso, sem, contudo e na sua globalidade, poder vir a exceder 20% do valor total do contrato.

2. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula só serão aplicadas após audiência do cocontratante e não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.

4. Todas as sanções pecuniárias aplicadas ao cocontratante serão descontadas no pagamento da fatura em que se tenha verificado a ocorrência do facto ou numa das seguintes após decisão da sua aplicação. Todas as sanções pecuniárias aplicadas ao cocontratante serão descontadas no pagamento da fatura que se siga à decisão de aplicação da sanção pelo contraente público.

Cláusula 19.ª
Força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual de prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou grupo de sociedades



em que se integre, bem como as sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.ª

Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante deverá, caso o contraente público assim o entenda, ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento, conforme previsto no CPP em vigor.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpelará, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato a proferir pelo contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante, depois da notificação referida no n.º 4, apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.
8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados, transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.



Cláusula 21.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, de acordo com o procedimento previsto no n.º 2 da presente cláusula:

a) Causa geral de resolução - Por violação de forma grave ou reiterada pelo cocontratante de qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da lei ou de atos administrativos de conformação da relação contratual;

b) Causa especial de resolução - Pelo atraso superior a 60 (sessenta) dias ou se, por escrito, o cocontratante declarar que o atraso respetivo excederá esse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante a contar da verificação da violação da obrigação, nos termos referidos no número anterior.

Cláusula 22.ª

Resolução por parte do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

4. Salvo os casos previstos no n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução é exercido por via judicial.

Capítulo IV - Disposições Finais

Cláusula 23.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 24.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do cocontratante carecem de autorização, por escrito, do contraente público, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.

2. Nos casos de subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante o Município de Lisboa pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.

3. A cessão da posição contratual pelo contraente público, só poderá ser recusada pelo cocontratante, nos casos e nos termos estabelecidos no artigo 324.º do CCP.



Cláusula 25.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato:

- a) Por correio eletrónico;
- b) Por carta registada com aviso de receção.

2. As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.

3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada, por escrito, à outra parte com uma antecedência de 5 (cinco) dias.

Cláusula 26.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) A contagem dos prazos inicia-se no dia seguinte à ocorrência do evento a partir do qual deve ser contado.
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.
- c) Quando o último dia de um prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços do contraente público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 27.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente caderno de encargos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação complementar.



ANEXO I
Frota Municipal de veículos da marca IVECO

MODELO	ANO	Qtd	CATEGORIA
Daily 35 C 14	2017	2	Ligeiro
Daily 35 S 14V	2017	1	Ligeiro
Daily 35 S 16V	2017	1	Ligeiro
Eurocargo ML 120EL19	2017	6	Pesado
Eurocargo MLC 100EP19	2017	8	Pesado
Daily 35 C 14	2016	2	Ligeiro
Daily 35 S 13V	2016	1	Ligeiro
Daily 35 S 16V	2016	1	Ligeiro
Eurocargo MLC 100EP19	2016	2	Pesado
Eurocargo ML 100E18 P	2012	4	Pesado
Eurocargo ML 150E24 D	2012	2	Pesado
Eurocargo MLC 100EP18 A E5	2012	2	Pesado
Eurocargo MLC 100EP18 B E5	2012	2	Pesado
Eurocargo MLC 150E18 B E5	2012	2	Pesado
Stralis AD190S27 C GNC	2012	15	Pesado
Eurocargo ML 100E18 A	2009	3	Pesado
Eurocargo ML 100E18 B	2009	3	Pesado
Stralis AD190S27 C GNC	2009	25	Pesado
Daily 35 S 12V	2008	1	Ligeiro
Eurocargo ML 100EP18 B	2008	1	Pesado
Eurocargo ML 100E18 A	2007	1	Pesado
Eurocargo ML 160E22 D	2007	1	Pesado
Eurocargo ML 75E16 C E4	2007	1	Pesado
Eurotech MP 190E26P C GNC	2007	10	Pesado
Daily 65 C 17V	2006	1	Pesado
Eurocargo ML 100E18 A	2006	6	Pesado
Eurotech MP 190E26P C GNC	2006	3	Pesado
397E12.35	2004	1	Pesado
397E12.43	2004	1	Pesado
Daily 29L 12 C	2003	6	Ligeiro
Daily 35 C 12D	2003	8	Ligeiro
Daily 35 C 13D	2003	2	Ligeiro
Daily 35 C 15V	2003	2	Ligeiro
Daily 35 S 10V	2003	3	Ligeiro
Daily 65 C 15D	2003	1	Pesado
Eurocargo ML 150E21 D	2003	5	Pesado
Eurocargo ML 150E24 D	2003	1	Pesado
Eurocargo ML 75E15 C	2003	1	Pesado
397E12.43	2003	1	Pesado
Eurotech MH 190E24 (4x2)	2002	1	Pesado



MODELO	ANO	Qtd	CATEGORIA
Daily 35 C 11D	2000	5	Ligeiro
Eurocargo ML 150E18 D E2	2000	3	Pesado
Daily 35 C 11D	1999	4	Ligeiro
Eurocargo ML 150E18 D E2	1999	4	Pesado
Eurotech MH 260E31Y/TNRD (6x2)	1999	1	Pesado
Eurotech MH 260E31Y/TNRF (6x2)	1999	2	Pesado
Daily 35 E 10V	1998	1	Ligeiro



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram deliberados na Reunião de Câmara de 11 de outubro de 2018, as atas, os votos de pesar, o voto de saudação, o voto de congratulação e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 37 e 40 das reuniões de Câmara de 12 e 25 de julho de 2018.

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 35/2018 (Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto e pelos Srs. Vereadores do CDS/PP e do PCP)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento da Artista Helena Almeida, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 36/2018 (Subscrito pelos Srs. Vereadores do PS, Independentes e do PPD/PSD)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento da Artista Mariema, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 37/2018 (Subscrito pelos Srs. Vereadores do PPD/PSD)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento do Engenheiro Luís Filipe Graça Gonçalves, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Proposta n.º 667/2018

(Subscrita pela Sr.ª Vereadora Paula Marques)

Aprovar a Cedência de Espaços Municipais Não Habitacionais ao GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 668/2018

(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Deliberar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a repartição de encargos, bem como para, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo do contrato, fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos consumos ou dos serviços efetivamente prestados, e emitir autorização prévia para a assunção de compromissos para os anos económicos de 2019 a 2022, no âmbito do Concurso Público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, para a aquisição de serviços de assistência técnica a viaturas municipais de marca IVECO (Processo n.º 8893/CML/18), nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	12 (6PS, 2Ind., 1PPD/PSD, 2PCP e 1BE)	0	3 (3CDS/PP)

Proposta n.º 669/2018

(Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar as propostas contidas no Relatório Final, adjudicar e aprovar as minutas dos contratos a celebrar no âmbito do procedimento de «Aquisição e aluguer operacional (sem opção de compra) de licenças e de serviços conexos de assistência pós-venda de software Microsoft, ao abrigo dos lotes 49, 56, 61 e 68 do “Acordo quadro para licenciamento de software e serviços conexos” (AQ-LS), celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP)», nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	14 (6PS, 2Ind., 3CDS/PP, 1PPD/PSD e 2PCP)	0	1 (1BE)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 674/2018

(Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a minuta do Contrato-Programa a celebrar com a Casa da América Latina, bem como a atribuição de apoio financeiro, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 675/2018

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Grilo)

Aprovar os critérios de atribuição de Apoio à Gestão Escolar referentes ao ano letivo 2018/2019, a realização da despesa e a transferência de verba para o Agrupamento de Escolas Piscinas-Olivais, bem como a minuta do respetivo acordo, nos termos da proposta;

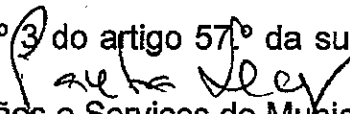
(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 676/2018

(Subscrita pelos Sr. Presidente, Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto e Srs. Vereadores do CDS/PP)

Aprovar a atribuição da Medalha Municipal de Mérito Cultural a Eduarda Abbondanza, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, eu, , Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município, mandei lavrar.

Paços do Concelho de Lisboa, em 11 de outubro de 2018

O Presidente


Fernando Medina

PROPOSTA 668/2018 - DELIBERAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, BEM COMO PARA, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO NEM O ANO DO TERMO DO CONTRATO, FAZER AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS EM FUNÇÃO DOS CONSUMOS OU DOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS, E EMITIR AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2019 A 2022, NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A VIATURAS MUNICIPAIS DE MARCA IVECO (PROCESSO N.º 8893/CML/18), NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Vamos agora para o ponto 19 da ordem de trabalhos a proposta 668/2018. Podemos votar? Quem vota conta? Quem se Abstém? Aprovada por unanimidade.

Srs. Vereadores tínhamos podido agrupar esta também. Ponto 19.

Pronto, então correcção ao registo por favor. Peço correcção ao registo, O CDS absteve-se do ponto 19.

O Senhor Presidente pôs a votação a votação a proposta 668/2018, a qual foi aprovada com 12 votos a favor, (6PS, 2Ind., 1PPD/PSD, 2PCP e 1BE) e 3 abstenções (3CDS/PP).